O JORNAL DO PSTU
ANO X - EDIÇÃO 272
R$ 2 - DE 31/8 A 6/9/2006

O CONTO DE FADAS DE LULA NA TV

Ele promete o fim da desigualdade, mas fará as reformas que irão tirar seus direitos

CATEGORIAS SAIRÃO ÀS RUAS NO DIA 5 DE SETEMBRO

PÁGINA 8

VOLKS AMEAÇA FECHAR FÁBRICA NO ABC. METALÚRGICOS VÃO À LUTA

PÁGINA 9

'¿QUÉ PASA EN CUBA? '

CORREIO INTERNACIONAL

COLAR DE PÉROLAS

No jantar organizado por artistas que estão apoiando Lula nestas eleições, sobraram frases para lá de lamentáveis, justificando a corrupção no governo petista. O cineasta Luiz Carlos Barreto soltou a seguinte pérola: *"Eu acho que mensalão é jogo político, não é roubo"*. Já o músico Wagner Tiso declarou: *"Não estou preocupado com a ética do PT e com qualquer tipo de ética"*. Para finalizar com chave de ouro, o ator José de Abreu propôs um brinde no mínimo constrangedor: *"Quero fazer uma homenagem ao Zé Mentor, Zé Dirceu e Zé Genoino"*.

ANTES SÓ...

No Rio de Janeiro, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PC do B-SP), apareceu na propaganda de Carlos Nader (PL-RJ) rendendo elogios ao deputado sanguessuga. Aldo disse que não autorizou a utilização do depoimento. Já o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias (PT), também acusado de fazer parte do esquema, surgiu ao lado de um candidato a deputado federal do PFL. *"Juntos vamos realizar muito pela Baixada"*, disse o petista.

CHARGE / AROEIRA

PÉROLA

"Não dá pra fazer sem botar a mão na merda"

PAULO BETTI, ator que interpretou o capitão Lamarca nas telas do cinema, justificando de forma lamentável a corrupção no governo Lula.

MERECIDAS VAIAS

Na primeira viagem diplomática ao Oriente Médio depois dos massacres de Israel contra o Líbano, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, foi vaiado ao visitar um subúrbio ao sul de Beirute, alvo dos bombardeios israelenses. Annan foi recebido com protestos por uma multidão que gritava *"morte a Israel e aos Estados Unidos"*. *"Será que Annan não tem vergonha do que nos aconteceu? Ele é tão impotente quanto os outros ante a agressão israelense"*, dizia um dos manifestantes.

MAIOR ABANDONADO

O tucano Geraldo Alckmin descobriu que o candidato ao governo do Ceará pelo PSDB, Lúcio Alcântara, está fazendo campanha para Lula no seu programa de TV. Até fundou um comitê chamado de "Lu-Lu" (Lula e Lúcio). *"Meu objetivo foi dizer que não há uma vinculação obrigatória entre o voto para governador e o voto para presidente"*, disse Lúcio. Como se não bastasse, o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, continua sem citar Alckmin no seu programa de TV.

WWW.PSTU.ORG.BR

PSTU inaugura especial sobre eleições

A partir desta semana, o Portal do **PSTU** tem uma área especial para a campanha do partido e da Frente de esquerda. Nela, há notícias atuais da campanha, artigos de polêmica, a relação de nossos candidatos, a agenda da Heloísa Helena e muito mais. A parte multimídia vem sendo atualizada com os programas eleitorais do partido nos estados e com galerias de fotos.

O especial também traz links para os blogs estaduais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e um cadastro para os apoiadores. Visite e fique por dentro da campanha!

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

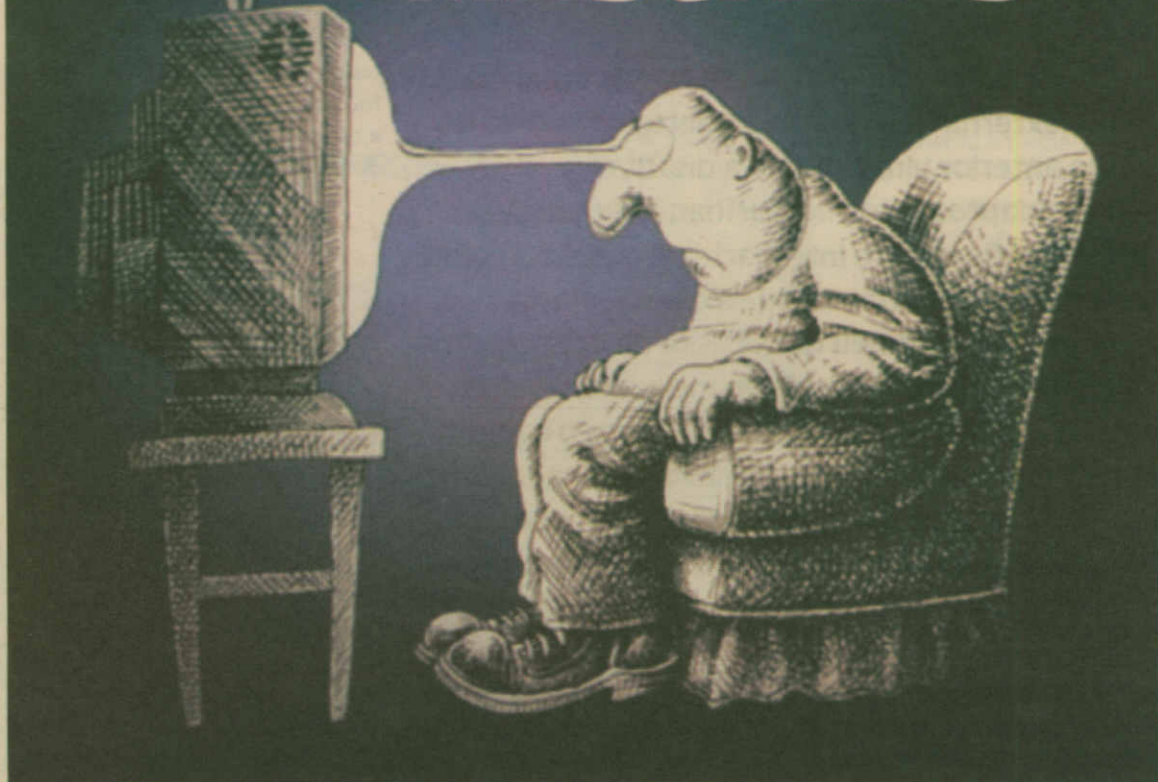
FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Elíseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

CAGLECARTOONS

Os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo estão lutando contra a demissão de 3.700 operários e a ameaça de fechamento da fábrica, feita pela direção da empresa. Os trabalhadores de todo o país devem apoiar a luta na Volks, principal fábrica do mais importante reduto operário do país, o ABC paulista. Foi lá o berço da CUT e do PT. Do ABC veio Lula, e desta fábrica veio Luiz Marinho, atual ministro do Trabalho.

Mas não se trata apenas de apoiar a luta. É preciso tirar conclusões do que se passa por lá e no país. A maioria dos trabalhadores acredita que Lula é um "defensor dos pobres". A propaganda eleitoral reforça essa idéia, apontando sua reeleição como a porta milagrosa para a melhoria social e a elevação do nível de vida do povo.

Para os que acreditam nisso, seria natural que, com o governo Lula, os metalúrgicos do ABC fossem intocáveis. Ter Lula à frente do governo e Marinho no Ministério do Trabalho bastaria para que os salários subissem e não houvesse ameaça a seus empregos. Aliás, essa era a esperança dos operários da Volks que votaram massivamente em Lula. Afinal, "um dos seus" chegava lá, e tudo seria diferente. Mas nada disso está acontecendo.

Em toda a história dos metalúrgicos do ABC, nunca houve uma ameaça como essa. Caso se concretize a demissão dos 3.700 operários ou o fechamento da fábrica, será a maior derrota do ABC em muitos anos. E terá influência na luta dos metalúrgicos das outras montadoras de automóveis da região e de todo o país. Como se explica isso? Como pode acontecer, ainda mais num período de crescimento econômico, em que a empresa aumenta suas vendas e seus lucros?

Muitas vezes a luta política parece um jogo de disfarces, em que as coisas nunca são o que aparentam. É hora de tirar as máscaras. A Volks quer as demissões para adequar a fábrica aos esquemas de produtividade da globalização capitalista, e tem a ousadia de apresentar essa proposta porque sabe que Lula e Marinho não são representantes dos operários no poder, mas aliados da empresa. O assunto é tão vergonhoso que um empréstimo do BNDES à montadora para financiar o ataque aos trabalhadores foi suspenso em razão da indignação dos metalúrgicos.

A verdade é exatamente oposta ao que pensa a maioria dos trabalhadores do país. Lula não só não defende os interesses dos pobres. As grandes empresas podem contar com a autoridade de Lula perante os trabalhadores para impor derrotas que os governos do PSDB não conseguiriam. Foi assim com a reforma da Previdência de 2003, quando Lula atacou a aposentadoria do funcionalismo público – algo que FHC não conseguiu. Por isso um dos mais lúcidos representantes dos setores mais reacionários da burguesia, Delfim Neto, afirma que só a reeleição de Lula poderá impor a reforma trabalhista e a nova reforma da Previdência porque – segundo suas próprias palavras – "o trabalhador acredita nele".

O exemplo da Volks deve servir para a reflexão dos operários das outras montadoras do país, e de categorias como bancários, professores, trabalhadores dos Correios, funcionários públicos e estudantes. O voto em Lula é uma armadilha que, após as eleições, vai se virar contra vocês. O futuro governo Lula vai atacar seu direito às férias e ao décimo terceiro salário. É como estar numa greve e entregar todo o movimento nas mãos de um fura-greve, ou de um pelego que representa os interesses dos patrões no meio dos trabalhadores.

Alckmin, o candidato da direita clássica (PSDB e PFL), está em crise. Os ratos já começam a deixar o navio. No Ceará e no Amazonas, os candidatos do PSDB abandonaram o "Geraldo". O programa do tucano é igual ao de Lula – o mesmo plano neoliberal, a mesma defesa das reformas da Previdência e trabalhista. O histórico de corrupção do PSDB é o mesmo do PT, por isso a campanha não cola.

Alckmin é igual a Lula – o mesmo plano neoliberal, a mesma defesa das reformas da Previdência e trabalhista. O histórico de corrupção do PSDB é o mesmo do PT

A democracia dos ricos permite essa farsa: iludir o povo com promessas eleitorais que os candidatos sabem que nunca vão cumprir. Lula, o "pai dos pobres", é na verdade uma mãe para os banqueiros. Alckmin, o administrador "competente", é o corrupto que se apresenta como guardião da ética.

O voto em Heloísa Helena para presidente e nos candidatos do PSTU é uma declaração de luta contra isso. Foge da falsa polarização entre Lula e Alckmin, e fortalece uma alternativa dos trabalhadores.

É preciso votar em Heloísa e é necessário lutar. Os metalúrgicos da Volks devem votar em Heloísa, contra Lula e Alckmin, contra Marinho e a Volks, e devem ir à luta contra as demissões.

E, por falar em luta, a Conlutas está impulsionando mobilizações salariais unificadas de petroleiros, bancários, funcionalismo público e outras categorias no dia 5 de setembro.

ANOS 80, DA DITADURA À "NOVA REPÚBLICA"

ESTE É O SÉTIMO ARTIGO DA SÉRIE "As amarras da dívida externa" e o quinto da parte histórica. No artigo anterior vimos como a ditadura militar adaptou-se às necessidades expansivas do capital financeiro internacional e deixou como herança uma enorme dívida externa. Vimos também como se deu o processo de estatização da dívida externa, transformando-a em dívida pública e jogando todo seu peso sobre o conjunto da população, em especial os trabalhadores. Veremos agora a questão da dívida nos anos 80, período que registrou a crise final da ditadura e a transição para o regime democrático-burguês

JOÃO VALENTIM, do Rio de Janeiro (RJ), e CRISTIANO MONTEIRO, de São Paulo (SP)

A burguesia e o imperialismo buscaram fazer com que a transição do regime ditatorial em crise para a democracia burguesa ocorresse de forma "lenta, gradual e segura". Isto significava uma transição em que os grupos dominantes da ditadura não iriam ver questionados seus interesses no novo regime. O novo governo refletiu esta política, sendo composto de uma aliança de parcela reformada do antigo regime com os grupos da oposição burguesa à ditadura.

Como conseqüência, o novo governo aceitou a herança da dívida externa deixada pela ditadura. Também jogou para baixo do tapete todas as denúncias de perseguições políticas e torturas realizadas pelo regime militar, tornando-se, portanto, cúmplice. O resultado em termos de política econômica não poderia ser outro que seguir aplicando os "planos de ajuste" em que os trabalhadores pagavam a conta da crise econômica e do endividamento externo. Assim, a burguesia brasileira novamente provou sua servidão orgânica ao imperialismo e sua incapacidade de agir autonomamente.

O FMI E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

Após a moratória mexicana de 1982, fecharam-se quase completamente os canais pelos quais o governo podia continuar endividando-se no exterior para rolar as dívidas antigas. A partir de então, o governo apela ao FMI para renegociar o conjunto de suas dívidas com o exterior. O fundo passa então a ditar as regras para a economia brasileira e a supervisionar sua implementação. Sua receita é: recessão, arrocho salarial, menos gastos públicos e mais superávits comerciais. A economia e o Estado devem estar completamente voltados para conseguir divisas para pagar a dívida externa.

Estes planos encontraram, entretanto, dura resistência dos trabalhadores. Ocorreram várias ondas de greves. Nesse contexto foram criados a CUT e o PT como as principais ferramentas para defender seus interesses. Assim, muitas das políticas ditadas pelo FMI tiveram dificuldades em ser implementadas totalmente. O governo foi obrigado mais de uma vez a ceder à pressão dos trabalhadores organizados.

EXPORTAÇÕES PARA PAGAR DÍVIDAS

Para fazer frente aos pagamentos dos juros e amortizações da dívida externa, em dificuldades para obter novos empréstimos, a política econômica do governo ditatorial a partir de 1981 foi a obtenção de enormes saldos comerciais com o exterior. Essa política foi continuada pelo governo da "Nova República" (Sarney).

O enorme excedente econômico gerado foi gratuitamente transferido ao exterior ao longo de toda a década de 80 como forma de seguir pagando a dívida externa. Entre 1982 e 1989, o saldo da balança comercial totalizou US$ 87,6 bilhões. Nesse mesmo período, foram pagos US$ 80,7 bilhões apenas em juros da dívida externa.

Sarney, vice de Tancredo, toma posse no Congresso

Esse saldo comercial foi obtido devido à combinação de uma série de fatores. Sob o ponto de vista da ação econômica do governo, podemos citar a política recessiva e de arrocho salarial desenvolvida desde 1981, que reduziu o consumo interno e levou pela primeira vez o país a obter queda do PIB (1981 e 1983). O governo também deu incentivos às exportações. Mas essas medidas explicam apenas parte da questão. Os investimentos produtivos destinados à substituição de importações realizados na segunda metade dos anos 70, no âmbito do II PND, começaram a surtir efeito e a reduzir o coeficiente de importações da economia brasileira. As exportações, por seu lado, beneficiaram-se da recuperação econômica dos países imperialistas a partir do final de 1983.

No final de 1981, a dívida externa totalizava US$ 61,4 bilhões. Dessa dívida, 68% era pública e 32% privada, proporção que refletia a estatização da dívida promovida pela ditadura e descrita no artigo anterior. Em 1989, a dívida externa total era de US$ 99,3 bilhões, sendo 90% pública, mostrando que a estatização da dívida externa seguiu firme.

O que é incrível é que, nesse mesmo período, foram pagos US$ 114,6 bilhões de juros e amortizações da dívida externa. Ou seja, entre 1981 e 1989, foi pago quase o dobro do valor total da dívida externa do início do período e, ainda assim, a dívida cresceu mais de 60%. A dívida externa subiu continuamente até 1987, alcançando o valor de US$ 107 bilhões nesse ano. A partir de então, até 1991, manteve-se mais ou menos neste patamar, com pequena redução, apesar da brutal transferência de recursos aos banqueiros internacionais, à custa do suor da classe trabalhadora.

Charge de campanha contra dívida

A DÍVIDA IMPAGÁVEL

A situação das contas externas do Brasil, da mesma forma que os outros países semicoloniais, tornou-se insustentável. Em fevereiro de 1987, o governo foi obrigado a adotar uma moratória parcial da dívida externa (da parte devida aos bancos comerciais), suspensa no início de 1988. Para formar as reservas cambiais necessárias aos pagamentos internacionais, o governo se viu forçado a adotar uma série de políticas defensivas que foram limitando as liberdades dos capitais, como rígido controle sobre o câmbio, altas tarifas de importação, proteção à produção interna, etc. Além do mais, a crise da dívida tornava os bancos inseguros em aplicar seus recursos nas economias endividadas. Esses elementos constituíam entraves à liberdade de circulação de capitais de que necessitariam os investidores internacionais prestes a entrar em uma nova onda expansiva sobre esses países.

Soma-se a isso a crescente instabilidade política que vinha sendo gestada por esta situação. Ficava cada vez mais claro que essas dívidas não podiam ser pagas.

O IMPERIALISMO BUSCA UMA SAÍDA PARA O IMPASSE

Para sair dessa situação, o Departamento de Estado dos EUA começou a arquitetar a renegociação das dívidas, de forma que levasse em conta a "capacidade de pagamento dos países". Isso vai culminar no Plano Brady, que será discutido no próximo artigo. Apenas adiantamos que a intenção do imperialismo aqui era resolver o impasse e abrir novas perspectivas de aplicação para os capitais multinacionais nos países semicoloniais. Isso expressou-se depois em uma nova onda de expansão do capital internacional, conhecida como a "onda da globalização", que iria envolver completamente o Brasil ao longo dos anos 90. Abria-se um novo ciclo de endividamento, acompanhado da desnacionalização de grande parte do parque produtivo brasileiro e do enorme crescimento da dívida interna.

PRÓXIMO ARTIGO DA SÉRIE:
A DÍVIDA EXTERNA NOS ANOS 90

A VALE DO RIO DOCE É NOSSA!

VANESSA PORTUGAL *

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vem batendo recordes de lucro e produtividade nos últimos anos. Recentemente, a Vale fez uma oferta de US$ 17,6 bilhões pela mineradora de níquel canadense INCO, a maior oferta já feita por uma companhia brasileira na área de fusões ou aquisições. Caso seja efetivada, esta transação aumentará o valor de mercado da Vale para US$ 75 bilhões. A cada dia aparecem novas evidências de que a privatização da empresa foi feita irregularmente, com sub-avaliação de seu valor e de suas reservas de minérios, o que vem fortalecendo a campanha organizada pela Conlutas, movimentos sociais e partidos políticos pela imediata reestatização da empresa.

Neste momento em que ocorrem a campanha salarial dos trabalhadores da Vale e as eleições presidenciais, é hora de fortalecer a luta pela reestatização.

UMA EMPRESA ESTRATÉGICA

A Vale foi criada em junho de 1942 pelo governo Getúlio Vargas, com o objetivo de expandir a exploração mineral brasileira. Desde então, a empresa tornou-se um símbolo do desenvolvimento nacional, com investimentos também em numerosos programas sociais.

Hoje, a Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, com participação de 33% no mercado transoceânico e recursos de minério de ferro suficientes para manter os níveis atuais de produção pelos próximos 200 anos.

É a segunda maior produtora de manganês e ferroligas do mundo. Detém 11% das reservas mundiais estimadas de bauxita e direitos minerários sobre uma área equivalente a 2,5 vezes o tamanho da Bélgica. Além disso, é a maior empresa de logística do Brasil: opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e dez terminais portuários próprios.

Atualmente, a Vale está presente em 14 estados brasileiros e 24 países.

Tem valor de mercado de aproximadamente US$ 55 bilhões e teve lucro líquido de US$ 5,564 bilhões nos últimos 12 meses. Tudo isso fez com que as ações da CVRD tivessem uma valorização média anual de 34,6%, entre 1999 e 2003, superando as seis maiores empresas da indústria de mineração e metais do mundo *(ver tabela)*.

A Vale sempre teve uma participação importante na economia de Minas Gerais, onde se localiza o chamado "Sistema Sul", a maior e mais antiga fonte de minérios da empresa, composta por quatro complexos mineradores: Itabira, Mariana, Minas Centrais e Minas do Oeste. Aqui são produzidos 120 milhões de toneladas de ferro por ano.

Infelizmente a Vale não é mais uma empresa estatal, patrimônio dos trabalhadores de Minas e do Brasil. Ela foi privatizada em 1997 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, quando o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), venceu o leilão, adquirindo 41,73% das ações ordinárias da CVRD por R$ 3,338 bilhões, o equivalente ao lucro de apenas um trimestre da empresa.

Protestos no Centro do Rio de Janeiro, durante o leilão

IRREGULARIDADES NA PRIVATIZAÇÃO

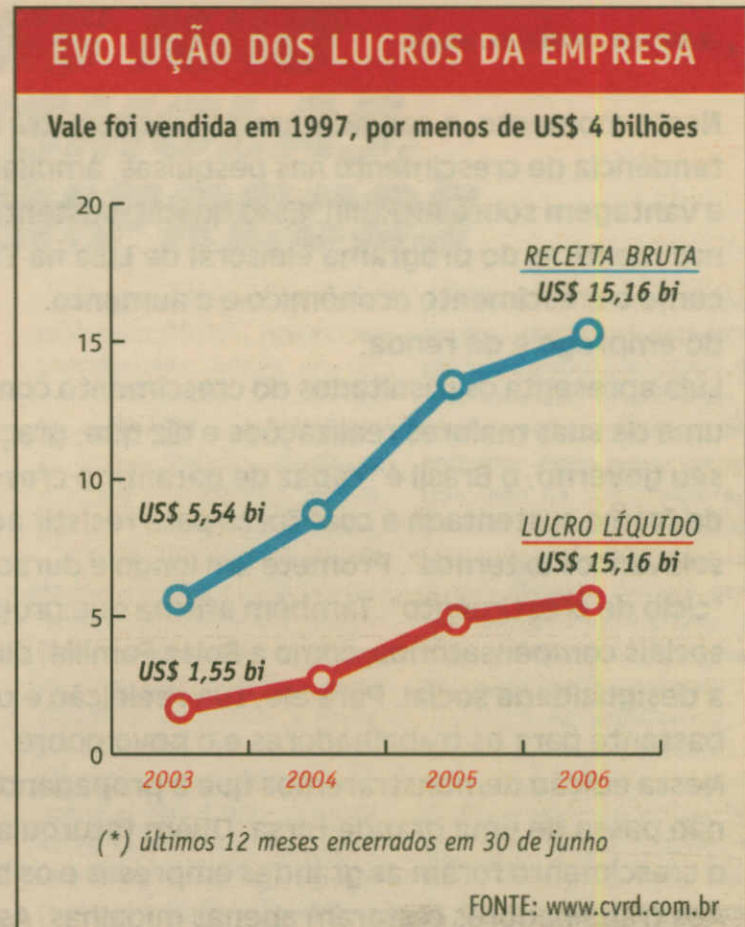
A privatização da Vale foi uma grande armação do governo FHC, que aproveitou a onda neoliberal para entregar a maior parte das empresas estatais brasileiras ao capital estrangeiro: hoje, 67,8% das ações da Vale pertencem a investidores estrangeiros.

A entrega da Vale foi marcada duas irregularidades principais. A primeira é que a corretora norte-americana Merrill Lynch foi a responsável pela avaliação do patrimônio da Vale em R$ 3,338 bilhões, levando em consideração apenas o valor das ações da empresa no mercado. Foram deixadas de fora das contas as 54 empresas onde a Vale operava diretamente (controladas e coligadas), como Açominas, CSN, Usiminas e Companhia Siderúrgica de Tubarão; a reserva mineral; duas das três ferrovias mais rentáveis do mundo; o capital tecnológico e intelectual; os portos e o Complexo de Carajás, no Pará. Menos de um ano depois a Merrill Lynch tornava-se uma das acionistas da Vale.

A segunda irregularidade foi a subestimação das reservas de minério sob controle da Vale. Segundo informações da própria CVRD à empresa norte-americana Securites and Exchange Comission, as reservas de ferro de Minas Gerais e da Serra dos Carajás eram de 12,8 bilhões de toneladas em 1995, muito acima dos 3,2 bilhões de toneladas anunciados na época de sua privatização.

Além disso, a privatização da Vale foi inconstitucional por vender reservas de urânio, que são de propriedade exclusiva da União, alienar milhões de hectares de terras e permitir a exploração de minérios na faixa de fronteira, o que não poderia ser feito sem a aprovação do Congresso Nacional.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES PIOROU

Após a privatização, a CVRD iniciou a redução de custos com pessoal e um arrocho salarial. Entre 1997 e 2004, as despesas com pessoal caíram de 16,8% para 5% do faturamento. Nesse período, o reajuste salarial foi de 61,4%, enquanto a inflação ficou em 89,5%.

Para Valério Vieira dos Santos, diretor do Sindicato Metabase de Inconfidentes-MG, a Vale faz propaganda enganosa à população: *"a Vale sempre diz que cumpre todas as normas de qualidade e que seus trabalhadores têm todos os direitos garantidos. Na verdade, não cumpre nem uma terça parte do que está estabelecido"*.

Valério ainda afirma que *"os trabalhadores perderam conquistas importantes como prêmio por tempo de serviço prestado, bolsa escola para dependentes de trabalhadores, e outros benefícios que entraram como moeda de troca diante do arrocho"*.

Por isso, os sindicatos estão mobilizando os trabalhadores para as negociações da campanha salarial que está em curso, e engajando-se na campanha pela reestatização, que traria benefícios aos trabalhadores e à população.

CRESCE A CAMPANHA PELA REESTATIZAÇÃO

Na época da privatização, houve grandes mobilizações nas ruas em defesa da Vale. O leilão só prosseguiu devido ao enorme aparato policial que protegia o local. Dezenas de ações populares foram impetradas contra a venda da CVRD, mas todas elas foram arquivadas.

Mas em outubro de 2005 a desembargadora federal Selena Maria Almeida determinou a reabertura do processo para apurar os danos causados ao Estado, o que tem ajudado a reorganizar a campanha pela reestatização.

Setores interessados na reeleição de Lula pretendem usar a campanha pela reestatização apenas como uma chantagem ao PSDB de Alckmin e FHC através da CPI das Privatizações, recém aberta no Congresso Nacional.

É preciso lembrar que, se o PSDB privatizou a Vale, o governo do PT não moveu uma palha para reestatizá-la e certamente não será em véspera de eleição que isso irá ocorrer.

É preciso tomar as ruas novamente, exigindo a devolução da Vale ao povo brasileiro, para que seja novamente uma empresa pública, desta vez controlada pelos trabalhadores da própria empresa, através de seus sindicatos e pelos trabalhadores das demais áreas em que a CVRD atua, e não pelos governos corruptos de turno.

* Candidata ao governo de Minas Gerais pela Frente de Esquerda Socialista

DIGA-ME PARA QUEM GOVERNA...

JEFERSON CHOMA, da redação

Neste momento, a candidatura de Lula registra uma tendência de crescimento nas pesquisas, ampliando a vantagem sobre Alckmin. Esse quadro sustenta-se nas mentiras do programa eleitoral de Lula na TV, como o crescimento econômico e o aumento do emprego e da renda.
Lula apresenta os resultados do crescimento como uma de suas maiores realizações e diz que, graças a seu governo, o Brasil é "capaz de garantir o crescimento de forma sustentada e com força para resistir aos solavancos externos". Promete um longo e duradouro "ciclo de crescimento". Também afirma que programas sociais compensatórios, como a Bolsa Família, diminuíram a desigualdade social. Para ele, sua reeleição é o bastante para os trabalhadores e o povo pobre.
Nesta edição demonstraremos que a propaganda petista não passa de uma grande farsa. Quem faturou alto com o crescimento foram as grandes empresas e os bancos. Aos trabalhadores restaram apenas migalhas. As desigualdades não diminuíram e, caso Lula seja reeleito, os trabalhadores vão perder conquistas históricas.

ANDRÉ DUSEK / AG. ESTADO

Lula com os ministros Luís Marinho e Furlan: agachados aos pés dos maiores empresários do país

QUEM GANHA COM O GOVERNO LULA?

Neste governo, o lucro líquido das grandes empresas quase triplicou em comparação com o segundo mandato de FHC. De acordo com a consultoria Economática, a soma do lucro líquido das 193 empresas analisadas deu um salto nos últimos três anos e meio, de R$ 103,5 bilhões para R$ 271,6 bilhões.

O crescimento da economia não tem nada a ver com as "decisões estratégicas" de Lula. A economia cresce em todo o mundo – e não importa se o governo é de direita ou da "esquerda" social-democrata. Lula aproveita-se dessa situação para montar uma farsa, como se o crescimento fosse produto de suas decisões.

É bastante incerto que esse respiro da economia do planeta mantenha-se. O capitalismo funciona em ciclos de bons momentos e crise. Depois do crescimento atual, virá a recessão. Há vários indícios de que a economia norte-americana vem desacelerando (aumento dos déficits fiscal e comercial, fim do aumento dos preços dos imóveis etc). Caso os EUA entrem em crise, o mundo e a América Latina, em particular, serão arrastados ao fundo do poço.

O AUMENTO NA DEPENDÊNCIA

"Quando os EUA espirram o mundo fica gripado". Essa conhecida frase é associada com freqüência ao Brasil e demonstra o nível de dependência de nossa economia. Tal vulnerabilidade aumentou muito nos últimos anos. Todo abalo na economia deles resulta na imediata queda das bolsas, e na subida do dólar e dos juros por aqui.

Lula diz em seu programa na TV que *"o Brasil agora tem uma economia sólida"* e que *"acabou-se o tempo em que um leve resfriado nos mercados globalizados significava uma grave pneumonia no Brasil"*. Nada mais falso.

O processo de dependência da economia brasileira deu um salto com FHC, que colocou em prática uma política de endividamento e aprofundou o vínculo com os mercados financeiros mundiais, resultando na crise econômica de 1998. Depois o governo adotou a política de pagar as dívidas à custa do povo.

Em vez de deter a sangria e promover geração de empregos e combate à miséria, Lula radicalizou esse esforço de pagamento da dívida. Já no início, o presidente nomeou para chefiar o Banco Central um banqueiro, Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston. Depois aumentou o superávit primário, dinheiro retirado de áreas sociais para pagar juros. Também manteve as maiores taxas de juros do planeta.

O "BOLSA BANQUEIRO"

O governo vai gastar cerca de R$ 530 bilhões em juros das dívidas interna e externa – mais do que os dois governos de FHC (R$ 467 bilhões). Quase 90 vezes mais do que destinou à Bolsa Família no ano passado (R$ 5,5 bilhões), principal vedete da campanha eleitoral.

No último semestre de 2005 e no primeiro de 2006, o superávit primário correspondeu a 4,51% do PIB (Produto Interno Bruto) do período – acima da meta de 4,25% fixada com o FMI. Só em junho, o superávit ficou em R$ 10,4 bilhões, outro recorde. Nunca um governo da direita conseguiu tanto a favor dos banqueiros.

Como resultado dos juros altos, os bancos lucraram como nunca. Só nos últimos três anos, o lucro dos bancos aumentou 80,5%, chegando a R$ 57,6 bilhões. Um verdadeiro programa "bolsa banqueiro".

CRESCIMENTO PARA QUEM?

O reajuste do salário mínimo para R$ 350 tem sido fartamente utilizado na campanha de Lula. Os dados do governo dizem que o mínimo teve um aumento de 25,7% durante a gestão petista. Uma derrota de goleada se comparado ao lucro de 80,5% dos bancos no mesmo período.

O aumento só ocorreu porque neste ano há eleição. Lula vinha sendo ainda pior que FHC em relação ao mínimo. Nos três primeiros anos de seu governo, o reajuste médio foi de 3,5%, enquanto nos oito anos do tucano foi de 4,5%.

O reajuste é insuficiente para atender as necessidades dos trabalhadores. E está bem longe da promessa de dobrar o mínimo, feita em 2002 por Lula – em torno de R$ 550.

Não houve elevação qualitativa dos salários. Em alguns casos, houve redução, como em São Paulo, onde os assalariados ganhavam em média R$ 1.540 em 1998, valor que caiu para R$ 1.146 em 2005 (dado do Dieese). Mesmo no período de crescimento econômico entre 2005 e 2006, o rendimento subiu só 0,8%. Agora mesmo, em julho, o IBGE registrou uma queda de 0,7% na renda dos trabalhadores. Aos trabalhadores só restaram as migalhas do crescimento.

Lula diz que criou 4,2 milhões de novos empregos. Mas o atual ciclo de crescimento não resultou em mudanças reais na questão do desemprego. Apesar da propaganda, os índices continuam praticamente os mesmos. Segundo o Dieese, o desemprego chega a 20% nas grandes cidades. De acordo com o IBGE, em julho a taxa de desemprego aumentou, e foi a maior dos últimos 15 meses.

Por outro lado, para continuar empregado, se aceita ganhar menos. Segundo cálculos do economista Marcio Pochmann, a cada dez empregos criados hoje no Brasil, nove pagam até dois salários mínimos.

TRABALHADORES NÃO PRECISAM DE ESMOLAS, PRECISAM DE EMPREGOS

Lula mostra como uma de suas principais "conquistas" o combate à desigualdade social por meio de programas sociais como a Bolsa Família.

De acordo com o governo, cerca de 11 milhões de famílias receberão o cartão do programa, e uma quantia entre R$ 15 e R$ 95. Na TV, Lula afirma que a *"Bolsa Família reúne um pouco de educação, emprego, saúde e comida na mesa"*. Mas o que ocorre é justamente o oposto.

COMPENSAR A POBREZA

A Bolsa Família é o principal programa compensatório do governo Lula. Sua aplicação obedece às recomendações de uma das principais organizações do capital financeiro, o Banco Mundial.

Com o avanço do neoliberalismo nos anos 90, que destruiu empregos, aumentou a miséria e diminuiu drasticamente as verbas para saúde e educação, essa instituição passou a recomendar esse tipo de política para "compensar" a pobreza produzida pela globalização capitalista.

Um dos documentos do Banco Mundial recomenda que *"os países tornem mais eqüitativos seus programas de gastos públicos, dirigindo-os às pessoas que realmente precisam deles, em vez de gastar os recursos subsidiando programas para os mais abastados, como no consumo de energia, aposentadorias, pensões e universidades públicas"*.

Para esse banco, programas como a Bolsa Família representam gastos bem menores do que enviar dinheiro para programas como investimento em escolas, hospitais e outros serviços públicos que ajudariam de forma mais eficiente a vencer a pobreza. O objetivo é economizar para pagar os juros da dívida externa.

Fica fácil entender a razão para o Banco Mundial aplaudir a Bolsa Família do governo Lula.

NADA MUDOU

Programas sociais compensatórios não resolvem os problemas estruturais da miséria e servem apenas para ocultar que o governo mantém o Brasil como um dos campeões da desigualdade.

Há 14 anos, 10% da população mais pobre do país possuía apenas 0,8% de toda a renda nacional, e os 10% mais ricos possuíam 45,1%. Em 2003, os 10% mais pobres detinham 0,7% da renda, enquanto os 10% mais ricos abocanhavam 46,1%. Apesar das propagandas, houve um aumento de pobres no país entre 1995 e 2004, de 12,6% para 15,0% (PNAD). Atualmente cinco mil famílias controlam 40% da riqueza do país.

Houve maior dependência da parcela mais pobre dos trabalhadores (10%) dos programas compensatórios. De acordo com pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 89% da renda dessa população, em 1995, vinha do trabalho. Em 2004, caiu para 48%, ou seja, mais da metade da renda do trabalhador mais pobre não vem do trabalho.

A Bolsa Família é uma iniciativa socioeconômica, com explicação política. Graças a ela, a população segue apoiando o governo, ainda que o plano econômico seja contra os trabalhadores. E há um claro conteúdo eleitoral, ao causar dependência de um setor da população do pagamento do governo. Tenta-se comprar a consciência das parcelas mais pobre da população, visando às eleições.

COMO COMBATER A POBREZA

É preciso romper com o imperialismo e deixar de pagar a dívida aos banqueiros para encarar problemas sociais urgentes, como desemprego, níveis salariais, distribuição de renda e reforma agrária. Sem enfrentar esses temas estruturais, não há como superar a pobreza e a miséria. Nesse sentido, achamos que a nossa candidata Heloísa deveria rever suas posições sobre o Bolsa Família e defender um programa de mudanças estruturais.

Queremos transformar cada um que recebe dinheiro do programa num trabalhador com carteira assinada. Não queremos manter a Bolsa Família. Um trabalhador precisa de emprego e salário, não de esmolas. Propomos um plano de obras públicas, financiado com o não pagamento das dívidas externa e interna, para absorver milhões de desempregados. Propomos a redução da carga de trabalho semanal para 36 horas, o que absorveria outros milhões. Ou seja, queremos um plano de emergência para resolver o problema do desemprego. Na transição da atual situação para a concretização desse plano, os beneficiados pela Bolsa Família receberiam um seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo.

AS REFORMAS SINDICAL E TRABALHISTA

Para avançar na globalização, Lula já disse que uma de suas prioridades é fazer a reforma trabalhista. O governo quer "flexibilizar" as leis trabalhistas para favorecer os patrões, que teriam produtos com preços "mais competitivos".

Ao contrário das promessas de Lula, a situação do trabalhador vai piorar e muito. Direitos históricos, como décimo terceiro, férias e FGTS deixarão de existir.

O presidente já comunicou seu objetivo à revista *The Economist*: *"queremos facilitar para uma companhia contratar um trabalhador, reduzir os obstáculos envolvidos na contratação"*.

Caso aprove as reformas, Lula conseguirá o que nenhum governo – nem mesmo FHC – conseguiu. Para isso, aproveita-se de seu passado como operário e da ilusão que grande parte do povo ainda cultiva. A possibilidade de acabar com os direitos dos trabalhadores faz a alegria de aliados como o deputado Delfim Neto (PMDB), ministro da ditadura. Falando ao jornal *Folha de S. Paulo* sobre a reforma trabalhista e uma nova reforma da Previdência, ele declarou: *"só o Lula pode produzir essas duas reformas, porque o trabalhador acredita nele"*.

A prova máxima de que o governo do PT quer acabar com os direitos trabalhistas é o fato de já ter enviado ao Congresso Nacional boa parte da reforma. O PLP 123/2004, ou Super Simples, quer mudar as regras de fiscalização e, na prática, desobrigar as micro e pequenas empresas de respeitar direitos básicos dos trabalhadores, como pagar salários em dia, férias e tudo que tem a ver com saúde e segurança no trabalho, além de reduzir drasticamente a alíquota do FGTS. Hoje, mais da metade dos empregos formais estão nessas empresas. Esses trabalhadores poderão ter direitos históricos destruídos. O projeto tramita em regime de urgência no Congresso, porque o governo quer sua aprovação o mais rápido possível.

A reforma trabalhista está articulada com a reforma sindical, negociada entre governo, CUT, Força Sindical e empresários, para aumentar o poder das centrais sindicais pelegas e limitar a reação dos trabalhadores contra o governo e os patrões.

CATEGORIAS VÃO À LUTA!

A Coordenação Nacional de Lutas define em reunião nacional o 5 de setembro como dia nacional de luta unificada das categorias em campanha salarial. A data segue o dia de mobilização do funcionalismo federal, aprovado na última plenária da Cnesf (Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais). Confira as principais mobilizações:

FUNCIONALISMO PÚBLICO

A principal mobilização neste dia ocorre em Brasília, onde os servidores realizam um ato unificado pela aprovação das emendas às medidas provisórias editadas pelo governo. Além disso, os servidores lutam ainda pela aprovação do reajuste à categoria na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve ser votada pelo Congresso Nacional em outubro.

BANCÁRIOS: MOBILIZAÇÃO PELA BASE

O Movimento Nacional de Oposição Bancária realizou seu Encontro Nacional de Base no dia 26 de agosto no Rio de Janeiro. O encontro, que reuniu mais de 80 pessoas de vários estados, serviu para impulsionar uma campanha salarial em alternativa à campanha rebaixada da CUT.

Os bancários repudiaram a chamada "Mesa Única de Negociação", que abafa as reivindicações dos funcionários dos bancos públicos, e formularam uma pauta de reivindicações com as exigências dos trabalhadores da CEF e do BB. *"Queremos discutir índices para os bancos públicos"*, afirmou Wilson Ribeiro, bancário da Caixa Econômica Federal.

O encontro votou uma comissão que entregará a pauta de reivindicações em Brasília. Para o dia 5, os bancários organizarão paralisações e protestos, e farão um "dia do vermelho".

PETROLEIROS

Os petroleiros também vão se mobilizar por suas reivindicações. A recém-fundada Frente Nacional dos Petroleiros impulsiona uma campanha salarial independente da FUP (Federação Única dos Petroleiros) e da CUT. A federação, não satisfeita em apoiar o ataque da direção da empresa e do governo contra a previdência dos petroleiros, através da chamada "repactuação", ainda recusa-se a realizar campanha salarial reivindicatória para este ano.

Por isso, a Frente Nacional está lançando sua campanha salarial, exigindo a correção do arrocho causado pela inflação desde junho de 94, além de 5% de aumento real e índice de produtividade em relação ao crescimento da Petrobras.

No dia 31 de agosto ocorrem mobilizações contra a repactuação e no dia 1º de setembro os petroleiros entregam sua pauta de reivindicações e realizam manifestações. Já no dia 5, a categoria engrossa os protestos do dia de luta unificado convocado pela Conlutas, lançando oficialmente sua campanha salarial.

CORREIOS

Os trabalhadores dos Correios também estão mobilizados. A categoria sofre com um dos salários mais baixos entre as estatais e amarga perdas salariais de quase 45%, apesar dos sucessivos lucros da empresa. A direção dos Correios, no entanto, propôs na mesa de negociação apenas 4% de reajuste no salário e benefícios, querendo ainda aumentar em 10% a contribuição dos trabalhadores no convênio médico.

Revoltados, os trabalhadores preparam agora uma greve por reajuste. Uma assembléia massiva realizada em São Paulo aprovou um indicativo de greve para 13 de setembro. No dia 5, a categoria realiza uma nova assembléia para organizar a luta contra os ataques da direção da empresa e do governo.

MINAS GERAIS

Em Minas o dia 5 começa com uma reunião da Coordenação Estadual da Conlutas. À tarde ocorre uma manifestação pública unificada na praça Sete, no centro de Belo Horizonte. O protesto reúne funcionalismo público, petroleiros, bancários e metalúrgicos, também em campanha salarial.

JUDICIÁRIO FEDERAL VAI PARAR

Na semana do dia 5, os servidores do Judiciário Federal realizam também uma greve e atos pelo PCS, o Plano de Cargos e Salários.

O PCS é uma antiga reivindicação da categoria, que reduz os efeitos do arrocho salarial, corrigindo distorções e reestruturando o Plano de Cargos. Após muita luta, os servidores conseguiram que o governo incluísse o PCS no orçamento. No entanto, o projeto de lei está parado no Congresso.

OPOSIÇÃO NACIONAL

Ao mesmo tempo em que a categoria vai à luta pela aprovação do projeto, avança também a consolidação de uma oposição nacional à maioria da direção da Fenajufe (a federação nacional da categoria). Articulada nacionalmente a partir de 2004, a oposição lançou seu primeiro manifesto, distribuído em todo o país, sob o lema *"Luta, Fenajufe!"*.

A receptividade dos servidores ao manifesto, que denuncia o governismo da maioria da direção, ligada à CUT, dá uma mostra do amplo espaço que a oposição tem para se fortalecer. *"A categoria está profundamente desconfiada da Fenajufe que, além de apoiar o governo, apóia a reeleição de Lula"*, afirma Ana Luiza, diretora licenciada do Sintrajud/SP e candidata a deputada estadual pelo **PSTU**. A maioria da direção da Fenajufe tenta abafar a luta, disseminando a ilusão de que o PCS está garantido.

Além da greve, de 31 de agosto a 6 de setembro, período do chamado esforço concentrado do Congresso, no dia 5 a categoria fará atos e vigílias nos tribunais e caravanas a Brasília.

NITERÓI (RJ)

EM PLEBISCITO, TRABALHADORES DA UFF APROVAM DESFILIAÇÃO DA CUT

Os funcionários da Universidade Federal Fluminense (UFF) aprovaram por ampla maioria a desfiliação de seu sindicato, o Sintuff, da CUT. O plebiscito, aprovado no último congresso da categoria, ocorreu de 16 a 21 de agosto.

A CUT realizou uma ampla campanha pela permanência na central governista, com camisetas, dirigentes e até mesmo a presença de Lúcia Reis, de sua direção executiva. Tentou esvaziar a votação, mas os trabalhadores foram às urnas dizer "não" à CUT. *"Traição já não aceito, pagar pra ser traído já é demais"*, afirmou um funcionário de base. Cerca de 72% dos trabalhadores votaram pela desfiliação, contra apenas 28% dos votos.

BELÉM (PA)

"O SERVENTE É MEU AMIGO, MEXEU COM ELE, MEXEU COMIGO"

Os trabalhadores da construção civil de Belém (PA) conquistaram uma importante vitória. Após intensa mobilização contra a patronal, os operários arrancaram 5% de reajuste salarial imediato e o mesmo índice para os serventes, dividido em duas vezes – 3% agora e o restante em janeiro.

A proposta inicial dos patrões previa apenas 3% de reajuste para os serventes. No entanto, com a pressão dos trabalhadores e do sindicato, que ameaçaram com uma greve e impulsionaram uma campanha nos canteiros de obras sob o lema *"o servente é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo"*, a patronal foi obrigada a recuar e estender o índice a todos os trabalhadores da categoria.

VOLKS DIZ QUE VAI FECHAR FÁBRICA NO ABC

SÓ A LUTA PODE SUPERAR o imobilismo da direção cutista e do governo diante dos cortes

EMMANUEL DE OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

J. F. DIORIO / AG. ESTADO

Trabalhadores durante a assembléia da Volks

Foi com muito ódio e indignação que os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo receberam o ultimato dado pela direção da empresa para que aceitem as propostas de demissão.

A multinacional alemã quer demitir 3700 funcionários até 2008, reduzindo seus custos na ordem de 25%. Além disso, quer impor o aumento do convênio médico aos metalúrgicos e o conceito de re-trabalho, ou seja, o trabalhador fica duas horas por dia após o expediente sem receber caso cometa algum erro, além da diminuição do salário de ingresso e aumento do tempo para nove anos para se equiparar com os trabalhadores mais antigos.

INÍCIO DAS INSTALAÇÕES

A Volkswagen instalou-se no Brasil em 1953. Sua primeira fábrica foi em São Paulo, no bairro do Jabaquara. Nessa época, a produção era de apenas cinco carros por dia. Atualmente, a Volks é a maior produtora de veículos do país, com mais de 600 mil carros produzidos por ano, sem contar os CKDs (carros desmontados para exportação) e as peças de reposição. Seu faturamento no ano passado foi de R$ 8 bilhões.

Neste segundo trimestre, os lucros da empresa aumentaram em 150%, se comparados ao mesmo período do ano passado. O lucro passou de 333 milhões de euros para 856 milhões. No entanto, a Volks, que na década de 80 já teve 40 mil trabalhadores só na planta da Anchieta (ABC), hoje tem pouco mais de 21 mil funcionários nas cinco plantas.

Com suor e sangue dos trabalhadores do ABC, a Volks construiu quatro novas fábricas localizadas no Paraná, sendo a segunda planta mais produtiva do mundo, além de São Carlos e Taubaté, ambas no interior de São Paulo, e Resende (RJ).

RECUO DO BNDES

A Volks vem fazendo a sua reestruturação com dinheiro emprestado pelo BNDES. Para se ter uma idéia, nos últimos dez anos, entre os governos de FHC e Lula, a empresa recebeu R$ 3,7 bilhões de empréstimos públicos. Nesse mesmo período, reduziu o número de funcionários no ABC de 26 mil para 12 mil.

Agora estava anunciado um financiamento do BNDES de R$ 497,1 milhões. Ou seja, o governo Lula estava disposto a emprestar as balas para a empresa atirar no trabalhador. Como produto da luta dos metalúrgicos da Volks, o governo e o BNDES tiveram que recuar na última hora na concessão do empréstimo, "até que se concluam as negociações da empresa com os trabalhadores".

O PAPEL DE LULA E DE MARINHO

É vergonhoso o papel que o governo vem jogando no episódio das demissões, não fazendo nada para impedir os cortes. O governo poderia editar uma medida provisória proibindo as demissões. Porém, faz o contrário e chega ao cúmulo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho (aliás, funcionário da Volks), dizer que não é problema a fábrica sair do ABC, pois a empresa continuará no Brasil.

Lula em solenidade da Volks em 2003

Por trás dessa traição está o financiamento das campanhas eleitorais. No dia 23, o ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, promoveu um jantar em sua casa com os pesos pesados da economia e Lula. Estava presente o presidente da Volkswagen, Hans-Christian Maergner. Essa é a prova maior da traição. Enquanto Hans diz que, se os trabalhadores não aceitarem o que ele quer, vai fechar a fábrica, Lula junto com Marinho janta com ele para arrecadar dinheiro para sua campanha.

A HISTÓRIA SE REPETE COM TRAGÉDIA

Desde 1997 a Volks vem reduzindo seu quadro. Naquele ano a empresa queria demitir 7 mil trabalhadores. A direção do sindicato aceitou a chantagem e, a cada dois anos, a empresa faz a mesma coisa. Foi assim em 2001, quando demitiu 3 mil. O mesmo aconteceu em 2003, quando queria demitir 2.900 e demitiu 2 mil, ficando 900 no CFE (Centro de Formação de Estudante). Todos os anos são abertos PDV's. Os trabalhadores da Volks são os únicos no ABC que têm redução de 15% nos salários. Quando fazem semana de quatro dias, têm banco de horas e de dias. Vários setores foram terceirizados. Todo esse sacrifício era para garantir o emprego. Está mais do que provado que os acordos de parceria feitos com a empresa não garantiram isso.

O MÁXIMO que a direção do sindicato fez foi rezar no pátio da empresa

DIREÇÃO DO SINDICATO É VÍTIMA DA SUA PRÓPRIA ARMADILHA

Quando a direção da Volks comunicou a intenção de demitir 6 mil, a primeira resposta da direção do sindicato foi unificar o movimento, o que era correto. Mas depois mudou de rumo e se recusou sistematicamente a unificar a luta com os trabalhadores da General Motors. Como é um ano eleitoral, não quis mobilizar os trabalhadores, pois isso atrapalharia Lula.

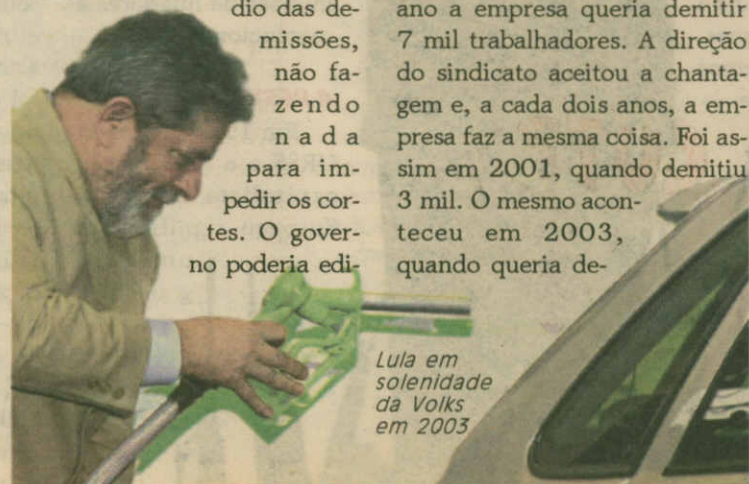
Por várias vezes a oposição cobrou que a direção do sindicato mobilizasse os trabalhadores, mas eles fizeram vistas grossas. No meio da luta, o sindicato fez um acordo em separado em Taubaté, dividindo o movimento e isolando os trabalhadores do ABC e do Paraná. A empresa percebeu o vacilo da direção e está fazendo o ultimato: se não aceitarem o que ela quer, vai fechar a fábrica do ABC. Nos últimos dias, o máximo que a direção do sindicato fez contra as demissões foi rezar no pátio da empresa. Os trabalhadores, desconfiados da direção do sindicato, diziam que ela já está trazendo os padres para dar a extrema-unção.

PREPARAR A RESISTÊNCIA

Os metalúrgicos já demonstraram que têm disposição de luta. No ano passado, travaram uma dura queda de braço contra a empresa, fazendo 21 dias de greve. Esse movimento passou por cima da direção, que não queria a greve. Na recente assembléia feita no pátio da empresa, com mais de 10 mil trabalhadores, ficou evidente o ódio de todos contra a Volks.

Os trabalhadores votaram que a direção do sindicato pode negociar, mas não pode entregar direitos nem aceitar demissões.

A direção tem que preparar os trabalhadores para lutar pela redução da jornada sem redução de salários. Essa luta já se deu em vários países da Europa e foi vitoriosa. É necessário unificar todos os trabalhadores das plantas do Paraná, São Carlos e, caso a empresa mantenha a proposta indecente, a resposta é uma só: greve. Só estrangulando a produção os trabalhadores poderão ser vitoriosos. A direção tem a obrigação de exigir de Lula que se posicione sobre as demissões, pois ele como governo tem responsabilidade sobre o emprego.

No último final de semana, foi realizada uma plenária com mais de 400 trabalhadores. Todos repudiaram as demissões e defenderam que o sindicato deve se preparar para a luta. A oposição propôs uma luta pela redução de jornada de trabalho, sem redução salarial, e que o sindicato deveria exigir do governo uma MP contra as demissões. No dia 28, a direção da empresa entregava cartas aos metalúrgicos comunicando que vai demitir. No dia 29 será realizada uma nova assembléia para definir os rumos do movimento.

PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI) – WWW.LITCI.ORG

O QUE SE DISCUTE NOS BASTIDORES DA SUCESSÃO DE FIDEL

***ALEJANDRO ITURBE**, da LIT-QI*

A doença de Fidel Castro e a transmissão do poder a seu irmão Raúl trouxeram novamente o debate sobre o presente e o futuro de Cuba.

O imperialismo norte-americano saiu pressionando abertamente o governo da ilha. Bush anunciou: *"apoiaremos os esforços para criar um governo de transição em Cuba, comprometido com a democracia"*. A secretária de Estado Condolleeza Rice disse, em mensagem gravada ao povo cubano, que os EUA *"estão alentando outros países democráticos a pressionar Cuba por uma transição que leve rapidamente a eleições pluripartidárias"*. Os anticastristas de Miami saíram festejando a suposta agonia de Fidel.

Além das declarações do governo cubano contra a interferência do governo ianque nos problemas internos da ilha, circula um pronunciamento que já conta com milhares de assinaturas, encabeçado por sete prêmios Nobel e 400 intelectuais de todo o mundo, com a seguinte exigência: *"diante desta ameaça crescente contra a integridade de uma nação, da paz e da segurança na América Latina e no mundo, exigimos que o governo dos EUA respeite a soberania de Cuba. Devemos impedir a todo custo uma nova agressão"*.

À primeira vista, parece que a discussão é, por um lado, ingerência e a preparação de uma agressão (política e militar) do imperialismo norte-americano ao Estado operário e socialista de Cuba, com o objetivo de restaurar o capitalismo. E, por outro, a defesa da soberania da ilha e do Estado operário cubano, garantida pelo governo de Fidel e pelo castrismo.

Se esta fosse a questão central exposta na realidade, nós da **LIT-QI** não teríamos nenhuma dúvida: estaríamos contra toda ingerência do imperialismo em Cuba. Da mesma forma, repudiamos outras formas de agressão a Cuba, como o boicote comercial que há décadas é realizado pelos EUA. E mais: em caso de qualquer ataque militar do imperialismo, estaríamos a favor da mais ampla unidade, inclusive com o governo castrista, para defender Cuba da agressão.

No entanto, para nós o principal problema e o debate de fundo que a doença e a sucessão de Fidel expõem é outro. A soberania de Cuba está ameaçada já faz tempo, não apenas pelo imperialismo norte-americano, mas também porque o capitalismo entrou com toda força em Cuba há mais de uma década, levado pelas próprias mãos do governo castrista.

Esse debate não é feito com clareza dentro da esquerda mundial pela grande influência que tem exercido Fidel e o castrismo. A maioria da esquerda considera que, depois da restauração capitalista na Rússia e na China, Cuba representa "o último bastião do socialismo". Ainda que faça concessões ao capitalismo, como foi realizado por Lenin e Trotski na URSS, a partir de 1921, com a NEP (Nova Economia Política), até agora o caráter socialista do Estado cubano estaria preservado por setores da direção castrista, essencialmente pelo próprio Fidel.

A partir deste enfoque, a enfermidade e a morte de Fidel acelerariam a possibilidade da restauração capitalista. Outras correntes são muito mais críticas à política de Fidel e dizem que a própria direção castrista impulsiona a restauração. Para além de suas diferenças, ambas as análises coincidem em um ponto: se Cuba segue sendo um "país socialista" ou um "Estado operário", a principal tarefa seria defender a ilha frente aos ataques ianques.

Nós, da **LIT-QI**, temos outra visão. Evidentemente, defenderemos Cuba frente aos ianques e à antiga burguesia cubana exilada em Miami. Mas acreditamos que o problema que enfrenta Cuba é outro, totalmente diferente: a realidade mostra que o capitalismo já foi restaurado na ilha pela própria direção castrista, na segunda metade da década de 1990, associada ao imperialismo europeu e ao Canadá. Para nós, o que hoje está em discussão em Cuba não é um possível risco de uma transformação do caráter socioeconômico do Estado, mas sim a mudança ou não de seu regime político. Por isso, começaremos analisando o atual caráter socioeconômico do Estado cubano.

A REVOLUÇÃO E AS CONQUISTAS

Logo após a revolução de 1959, o povo cubano expropriou as empresas do imperialismo ianque e da burguesia cubana. Assim começou a construção do primeiro Estado operário do continente latino-americano.

Graças à revolução, Cuba conquistou avanços imensos em áreas como a educação e a saúde pública, com níveis comparáveis aos países imperialistas, e superou, nessas áreas, nações muito mais desenvolvidas, como Brasil, México ou Argentina. Também avançou muitíssimo o nível de vida geral da população e a pobreza foi eliminada. Cuba converteu-se em um símbolo do que seria capaz de conquistar uma revolução socialista. Os dirigentes do processo, Fidel e Che Guevara, passaram a ser a referência política de milhões de lutadores e revolucionários.

A RESTAURAÇÃO

Em 1990, o fim da URSS e a restauração capitalista no Leste Europeu significaram um duro golpe para a economia cubana, centrada na exportação de açúcar e sua troca por petróleo e tecnologia com esses países. Nesse contexto, a direção castrista começou a desenvolver uma política de restauração capitalista e de desmonte das bases essenciais do Estado operário. Os fatos principais da restauração foram:

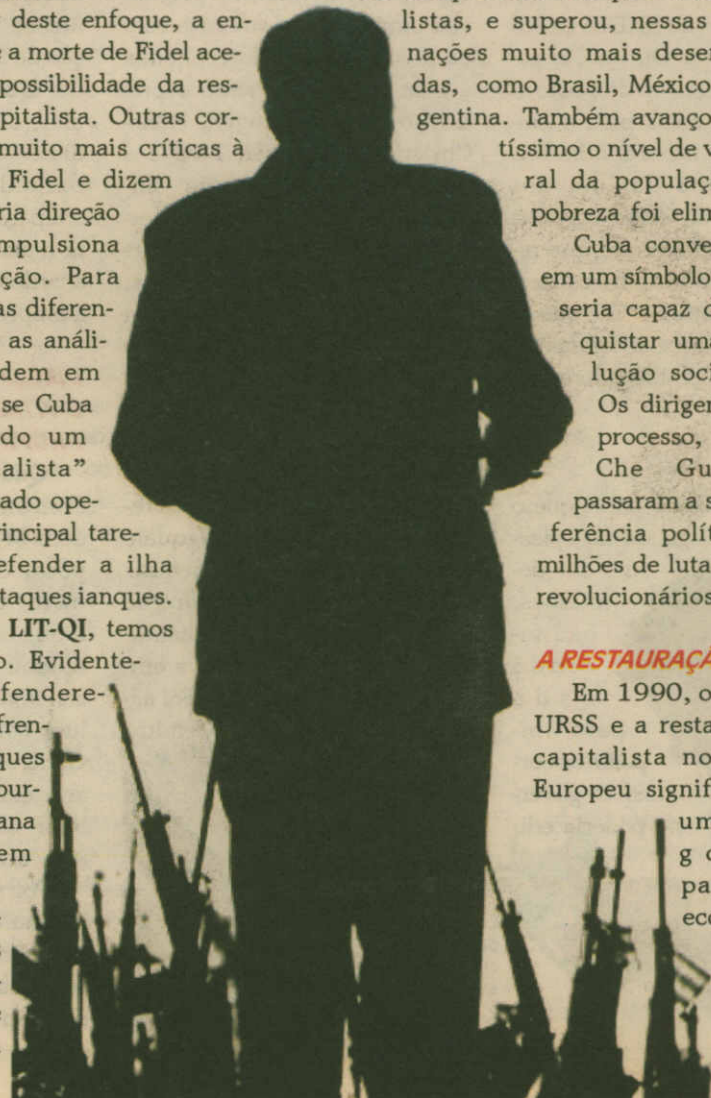
1) A Lei de Inversões Estrangeiras de 1995, que criou as "empresas mistas", administradas pelo capital estrangeiro. Os investimentos dirigiram-se especialmente ao turismo e a ramos relacionados, mas se ampliaram a outros setores, como produtos farmacêuticos e, recentemente, ao petróleo;

2) O fim do monopólio do comércio exterior por parte do Estado, exercido pelo Ministério de Comércio Exterior. Hoje, tanto as empresas estatais como as mistas podem negociar livremente suas exportações e importações;

3) O dólar se transformou, de fato, na moeda efetiva de Cuba, coexistindo com duas moedas nacionais: uma "conversível" em dólares e outra "não conversível";

4) Foi privatizada, de fato, a produção e a comercialização de cana-de-açúcar, através das "unidades básicas de produção cooperativa" (80% da área cultivada). Seus membros não têm a propriedade jurídica da terra, mas repartem entre si os lucros obtidos. Em 1994, começaram a funcionar os "mercados agropecuários livres", cujos preços se determinam no mercado.

O que acabamos de analisar não tem nada a ver com a NEP na URSS. Trata-se de algo qualitativamente distinto porque significou a destruição da essência do Estado operário cubano: foi eliminada a planificação econômica estatal e o ministério que a realizava foi dissolvido. Em seu lugar, surgiu um novo Estado capitalista, em que a economia funciona de acordo com a lei capitalista do lucro.

Por outro lado, a restauração capitalista está provocando uma deterioração acelerada das conquistas sociais da revolução, especialmente na área de educação e saúde. Ao mesmo tempo, a diferenciação salarial entre trabalhadores estatais e privados é crescente, e reaparecem chagas típicas do capitalismo, como a prostituição.

A ENTRADA DO IMPERIALISMO

A restauração capitalista não foi feita essencialmente através da formação de uma nova burguesia nacional, mas sim por meio de investimentos estrangeiros: os imperialismos europeus e canadense realizaram grandes investimentos e hoje dominam os setores mais dinâmicos e fortes da economia.

A estrutura econômica cubana mudou muito na última década: deixou de se basear no açúcar e se concentrou nos serviços que, em 2004, representavam 73,6% do PIB cubano e 51% do emprego.

Nesse mesmo ano, os "ingressos em divisas associados ao turismo" quase igualaram-se à cifra de exportações de bens físicos (mais de US$ 2,1 bilhões). Se somarmos os ingressos por medicina e outros, os serviços geram hoje mais de 60% das divisas que ingressam no país.

Por outro lado, o peso do capital estrangeiro aprofunda-se ainda mais com os contratos que entregam para a Repsol e empresas inglesas e canadenses a exploração das abundantes reservas petroleiras descobertas no mar do Caribe.

O CASTRISMO E A "VIA CHINESA"

Pode ser entranho que falemos de restauração capitalista quando permanecem no poder os mesmos dirigentes que encabeçaram a revolução e que sempre falaram na "defesa do socialismo". Mas isso não significa nada: tanto Gorbatchov, na ex-URSS, como os dirigentes do Partido Comunista Chinês esconderam sua política de restauração com discursos "socialistas".

O processo da China mostrou que se pode restaurar o capitalismo, ou seja, modificar o caráter socioeconômico do Estado, sem mudar o regime político. O PC chinês conservou seu poder hegemônico, mas o país deixou de ser um Estado operário e passou a ser um país capitalista administrado pelos dirigentes do partido, que se beneficiam dos novos negócios. Na Rússia e em outros estados do Leste Europeu o processo ocorreu de modo diferente, já que os PCs perderam o poder.

Apesar das diferenças entre os processos, em Cuba se deu algo similar à "via chinesa" de restauração capitalista: a restauração foi impulsionada pelo PC e pela cúpula castrista, que também obteve grandes benefícios.

Por exemplo, são bastante ilustrativos os dados sobre o poder econômico que administra Raúl Castro, chefe histórico das Forças Armadas cubanas. "As Forças Armadas Revolucionárias (FAR) têm um orçamento anual de US$ 1,469 bilhões e o manejo das mais importantes empresas estatais do país. Controlam 322 empresas responsáveis por 89% dos ingressos das exportações, 59% dos lucros obtidos pelo turismo e 60% das transações em divisas". (*El Nuevo Herald*, 10/8/2006)

A cúpula castrista transformou-se em sócia dos capitais estrangeiros, garantindo seus negócios e, por sua vez, enriqueceu através das empresas estatais e sua participação nas empresas mistas.

NOVA REVOLUÇÃO OU COLÔNIA

Repetimos que a disjuntiva atual de Cuba não é entre a sobrevivência do "Estado operário" ou a restauração capitalista: o Estado operário já não existe e a restauração já se produziu. Isso significa que uma das questões centrais colocadas na realidade é que, a partir da restauração, Cuba está perdendo seu caráter de país independente e marcha aceleradamente para se transformar em uma semicolônia do imperialismo europeu e canadense.

Lamentavelmente, é a própria direção castrista que empurra o país nesta direção. Fidel, ao mesmo tempo em que mantém seus discursos contra Bush e a burguesia cubana exilada, homenageia permanentemente, junto com Chávez, o rei Juan Carlos, símbolo do imperialismo espanhol.

A principal ameaça à independência cubana não provém do imperialismo ianque e da burguesia exilada nos EUA. Para defender ou recuperar essa independência, é necessário realizar uma nova revolução social que exproprie as empresas e capitais europeus e canadenses, da mesma forma que, para consegui-la, foi necessário expropriar o imperialismo norte-americano e a burguesia cubana. A profunda diferença com o processo iniciado em 1959 é que isso significa hoje lutar contra a política de Fidel e a direção castrista.

SUCESSÃO DE FIDEL: QUEM DEVE DECIDIR?

A transmissão do poder para Raúl Castro mostrou claramente que um reduzido número de dirigentes do partido, do Exército e do Conselho de Estado toma as decisões que afetam o futuro do país. Nem sequer participam delas o conjunto do PC cubano ou o Parlamento. Menos ainda, se consulta o povo cubano.

Seguramente a grande maioria desse povo mantém seu carinho e respeito pelo velho dirigente da revolução. Contudo, esse fato não pode ocultar que milhões de cubanos não têm nenhuma possibilidade de intervenção política real na decisão de quem deve suceder Fidel. Trata-se de uma situação completamente antidemocrática que impede um direito elementar.

UMA DISCUSSÃO FALSA

Quem defende o atual regime cubano afirma, por um lado, que em Cuba existe uma "democracia popular" totalmente diferente da falsa democracia burguesa. Por outro, que a "democratização" sempre foi a máscara do imperialismo e da burguesia cubana exilada para buscar a restauração capitalista.

É uma posição duplamente falsa. Em primeiro lugar, não pode haver uma verdadeira "democracia popular" sem que os trabalhadores e o povo tenham o direito de formar grupos de oposição política, publicar jornais, etc. O que não existe em Cuba.

Mas o essencial que esta posição oculta é que a restauração capitalista (ou o risco certo de restauração para aqueles que consideram que ela ainda não ocorreu) não ocorreu pelas mãos de uma invasão do imperialismo norte-americano, mas foi impulsionada pela própria direção castrista, que está vendendo o país ao imperialismo europeu e canadense.

Por isso, o caráter antidemocrático do atual regime cubano não é resultado necessário de uma "fortaleza socialista sitiada" que se defende de uma agressão externa, mas sim uma ferramenta a serviço da política da cúpula castrista que restaurou o capitalismo, destruiu as conquistas da revolução e leva o país a se transformar numa semicolônia.

A defesa do atual regime oculta-se

Raúl Castro

por trás do risco da volta dos ianques e da burguesia cubana. Mas seu significado real é, por um lado, a defesa da política e dos privilégios econômicos da cúpula castrista e, por outro, uma tentativa de evitar que o povo cubano possa se organizar para lutar contra ela.

A morte de Fidel, ou a impossibilidade de exercer o poder, não só pode aumentar as diferenças entre as distintas alas do castrismo, mas também debilitar essa cúpula em sua relação com as massas. Por isso, ela necessita "ajeitar tudo" para evitar os riscos de divisão interna e, essencialmente, assegurar o controle do movimento de massas.

CONFIAMOS NO POVO CUBANO

Nossa proposta de "democratização" parte de bases totalmente distintas e aponta para objetivos opostos aos do imperialismo ianque. Para nós, trata-se de defender as conquistas que sobraram da revolução, reverter a restauração capitalista e frear o processo de colonização do país.

Confiamos plenamente no povo cubano, que já mostrou inúmeras vezes a capacidade de lutar contra a burguesia e o imperialismo. Por isso mesmo, defendemos plenamente o direito de debater e decidir democraticamente o destino do país e a sucessão de Fidel.

ATOS, FESTAS E COMITÊS AGITAM CAMPANHA

NO RIO, HELOÍSA DEFENDE REESTATIZAÇÃO DA CSN

No dia 24, Heloísa Helena participou de atividades em Volta Redonda (RJ).

Em comício na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Heloísa criticou a privatização da companhia, afirmando que isso gerou desemprego. Falou sobre a necessidade de investigar crimes contra a administração pública no processo de privatização da empresa e defendeu a necessidade de reestatização da mesma. *"Não vou aceitar que o que foi roubado do povo brasileiro não seja devolvido"*, afirmou.

Heloísa defendeu ainda que a decisão sobre a reestatização ou a privatização de empresas cabe à população, que deve opinar através de plebiscitos. *"Nenhum governo pode decidir se privatiza ou estatiza empresas. Cabe ao povo decidir. Qualquer chefe de nação séria não tem direito de deixar que o patrimônio público seja roubado"*, disse.

Heloísa também levou flores ao memorial em homenagem aos operários mortos na repressão à greve de 1988.

ATO AGITA CAMPANHA NO RIO

Após participar de diversas atividades em Volta Redonda, Heloísa esteve no Rio de Janeiro. Cerca de 600 pessoas fizeram uma passeata pelo centro da cidade. Estiveram presentes o candidato a governador do Rio, Milton Temer (PSOL), e os candidatos a deputados pela Frente de Esquerda.

O candidato a deputado federal pelo **PSTU**, Cyro Garcia, destacou que qualquer proposta de investimento nas áreas de saúde, educação e moradia popular só será possível com o fim do pagamento da dívida.

FESTA REÚNE MAIS DE 600 PESSOAS

Sucesso de público e de animação, a festa do **PSTU** no Rio de Janeiro, no dia 25, reuniu mais de 600 pessoas no clube América, na Tijuca. Além de Milton Temer e da candidata ao Senado, Dayse Oliveira, participaram os candidatos a deputado estadual do PSTU e o candidato Paulo Eduardo Gomes, do *Reage Socialista*.

HELOÍSA PERCORRE RUAS DE PORTO ALEGRE

ALTEMIR COZER, de Porto Alegre (RS)

Heloísa Helena esteve em Porto Alegre no dia 23 de agosto e sua principal atividade de campanha na cidade foi uma caminhada pela rua dos Andradas, conhecida como Rua da Praia.

Estiveram nas atividades Vera Guasso, candidata ao Senado pela Frente de Esquerda, e Julio Flores, candidato do **PSTU** a deputado estadual. Na caminhada, destacavam-se as bandeiras, a militância e as palavras de ordem do **PSTU**.

A militância da frente puxava palavras de ordem como *"Terra, trabalho, saúde, educação/ Heloísa Helena presidente da nação"*.

Nas ruas, são nítidos o crescimento da candidatura e a confirmação dos 16% apontados na pesquisa Ibope no Rio Grande do Sul. Ao lado do candidato ao governo do estado, Roberto Robaina (PSOL), e da candidata ao Senado, Vera Guasso (**PSTU**), Heloísa afirmou: *"Sei que aqui vocês concordam que é inaceitável ter um segundo turno com candidatos da mesma moeda"*.

CANDIDATOS DA FRENTE VISITAM NORTE DE MINAS

HERMANO MELO, de Belo Horizonte (MG)

Nos dias 20, 21 e 22 os candidatos Vanessa Portugal (governadora), Maria da Consolação (senadora), Cacau (dep. federal) e Giba (dep. estadual), da Frente de Esquerda Socialista, fizeram campanha no norte de Minas Gerais, percorrendo as cidades de Janaúba, Montes Claros, Pirapora, Jequitaí e Três Marias.

Os candidatos foram à 10ª Romaria das Águas de Minas Gerais, que teve como tema a luta contra a transposição do rio São Francisco.

Depois de visitar as principais fábricas de Pirapora, os candidatos foram ao acampamento da Fazenda da Prata, onde fizeram reunião com 50 lideranças do MST. *"Para nós, a reforma agrária só será conquistada através da luta comum dos trabalhadores do campo e da cidade. Estamos com vocês nesta luta, agora e depois das eleições, através da Conlutas"*, afirmou Vanessa.

SOLIDARIEDADE EM JEQUITAÍ

No dia 22, os candidatos foram prestar solidariedade ao MST, que teve seu acampamento incendiado a mando de fazendeiros em Jequitaí.

Para Cacau, *"os fazendeiros estão se sentindo fortes, porque Lula e Aécio são coniventes com os atentados aos trabalhadores rurais e defendem os latifundiários em vez de fazerem a reforma agrária. Queremos que saibam que vocês não estão sozinhos"*.

FRENTE FAZ CARAVANA NO INTERIOR DO CEARÁ

GEORGE BEZERRA, de Fortaleza (CE)

No dia 26 de agosto, uma caravana com 21 militantes do **PSTU**, PSOL e PCB saiu de Fortaleza em direção ao interior do estado. O grupo passou por Sobral, Santana do Acaraú, Amontada, Itapipoca e Maracanaú. Em todas as cidades, a frente reuniu, no mínimo, 200 pessoas.

Em Fortaleza, uma caminhada percorreu a avenida Beira-Mar, que também foi palco de um comício com 200 pessoas. Raimundão (**PSTU**), candidato ao Senado, disse: *"conseguimos romper a falsa polarização entre Lula e Alckmim. A candidatura de Heloísa já é conhecida em todo país. Vamos aproveitar essa vitória política e levar para o conjunto dos trabalhadores um programa que de fato mude nossas vidas. É necessário que as candidaturas da frente estejam coladas às mobilizações da nossa classe"*.

Raimundão discursa no comício da frente em Fortaleza

Comitês em Sergipe

No dia 18, na sede do PSTU num bairro operário de Aracaju, inaugurou-se o primeiro comitê da Frente de Esquerda de Sergipe. A festa, para arrecadar fundos para a campanha, reuniu trabalhadores da saúde e da Previdência, petroleiros, além de desempregados e estudantes. No dia 26, foi a vez de o PSOL transformar sua sede, no Centro, em mais um comitê.

Universidades do Rio têm comitês

Na semana passada foram lançados comitês de campanha da frente na UFRJ e na UERJ. Mais de 150 estudantes apertaram-se no auditório do Serviço Social da UFRJ no dia 22 para debater política e organizar a campanha no campus. Estiveram presentes Milton Temer (PSOL), Dayse Oliveira (PSTU) e Raymundo de Oliveira (PCB). Na UERJ, a reunião que formou o comitê também contou com cerca de 150 presentes.

COLABORARAM: Valéria Lezziane (SE), Bernardo Lima, Gilberto "Cabeça" e Jocilene Chagas (RJ).